

A REVOLUÇÃO FRANCESA
ASSIMILADA E SOFRIDA PELOS PORTUGUESES
(Registos e comentários)

Por Luís A. de Oliveira Ramos

Em estudos publicados nos últimos decénios, chamei a atenção, tanto em pormenor, como em síntese, para alguns aspectos marcantes da influência da Revolução Francesa no nosso país entre os fins do século XVIII e os princípios do século XIX.

Mais recentemente, anotei o influxo em Portugal de tomadas de posição fundamentais, assumidas na França de 1789, e destaquei a ligação entre a Revolução e o surto dos nacionalismos europeus subsequentes. Do mesmo passo, pus em evidência as alterações que à vida política trouxe o legado parisino.

Por agora, interessa-me sobretudo apontar certas reacções e os muitos sofrimentos que ao povo português trouxe a Revolução na última década de setecentos, sem deixar de vincar, em introdução, alguns desses legados, absorvidos nos últimos duzentos anos.

Sobre os legados e as práticas, sobre os símbolos nacionalistas da Revolução que ao nosso tempo chegaram, recorda-se o seguinte:

Com o advento da Revolução, no ano de 1789, o regime feudal foi abolido, a declaração dos direitos do homem e do cidadão abriu novas perspectivas à dignidade dos indivíduos, toda uma sementeira de nações ocorrerá por causa da formulação do direito dos povos a disporem de si mesmos. E o antigo anelo de paz, amiúde configurada como meta do género humano, veio a lume na declaração de paz ao mundo a breve

trecho esquecida. Em sintonia com as ideias emergentes do trabalho dos constituintes franceses, a primeira constituição da França e da Europa foi aprovada em 1791.

Transforma-se, assim, o quadro da vida pública francesa, cunhado doravante pela relevância da política e dos políticos, pela consagração das consultas populares e das deliberações públicas, pelo governo de opinião, pela força da Assembleia Nacional, pela independência do judicial, pela alternância dos executivos, pela projecção dos jornais e dos jornalistas enquanto mentores dos juízos do público, em quadro moldado pela liberdade e pela hostilidade à tirania de outrora.

Em Portugal, sob influência determinante francesa, com a revolução de 24 de Agosto de 1820, o amor à liberdade e o desejo de uma constituição é proclamado no Porto e logo ganha o país. Na sequência de conflitos vários entre absolutistas e liberais na primeira metade de oitocentos, o povo português vive numa monarquia liberal regida por uma Carta Constitucional, doada por D. Pedro IV, chegando à república em 1910. Ano fulcral, segundo Oliveira Martins, comparável ao ano de 1789 em França, é o ano de 1832, altura em que o país conhece as reformas de Mousinho da Silveira, reformas que, a prazo, libertam o homem e a terra de peias ancestrais e lançam os fundamentos novos da administração, da justiça e das finanças em moldes úteis, duráveis, racionais e uniformes, também eles de figurino gaulês.

No Portugal do liberalismo, desenvolve-se, a exemplo do que aconteceu em França, a importância dos políticos e da política, reconhecidas são as liberdades principais e eliminados vêm a ser os resquícios da monarquia absoluta, designadamente os que traduziam arcaicos privilégios de ordem. Como os franceses praticavam, torna-se regular o recurso às eleições e às deliberações públicas, por todo o lado irrompe a imprensa como formadora da opinião e avulta o papel dos jornalistas. A declaração dos direitos do homem e dos cidadãos, nomeadamente o Art.º I, que dizia: «Os homens nascem e continuam livres e iguais em direitos; as distinções só podem ter por fundamento a utilidade comum», volve-se em quadro de referência da vida política. Portugal passa a ter um poder judicial autónomo e um legislativo, cujo direito de fazer leis e de as fiscalizar continua, ao menos, a ser proclamado todo o tempo. Ao sabor de revoluções e eleições, sucedem-se, a par das Câmaras, os Gabinetes, às vezes em ritmo alucinante¹. Em 1822, o Brasil segue, independente, o seu caminho. Como anelo vital, não cumprido mas bem formulado nessa época, fica a declaração de paz ao mundo.

¹ RAMOS, Luís A. de Oliveira, «Portugal e a Revolução Francesa», Porto 1991.

Em cada dia, um pouco por todo a parte, a Ocidente, de um lado e do outro do Atlântico, os povos que como a França desde 1789 em si guardam a soberania e também o direito de opinar e intervir, escolhem os governantes, advertem os gabinetes, substituem os executivos quando estes desatendem os anseios dos cidadãos.

Paralelamente, a história da Revolução francesa tem muito a ver com a afirmação dos nacionalismos, por causa da consagração do direito dos povos de disporem de si mesmos, por causa das reacções das nações ao ferrete alheio e à dominação imposta pelos exércitos da Revolução e do Império.

Ora, ao incremento dos nacionalismos liga-se a unificação da Alemanha e da Itália nos finais do século XIX, bem como a criação de diversos Estados europeus, alguns dos quais nascem já no nosso século. E os nacionalismos que se personificarão em Estados-nações, ordenam-se em oposição ao universalismo cristão, assumem entre os povos um tónus exclusivista, fechado e tradutor de uma carga emocional dominada pelos legados do revolucionarismo gaulês.

Na França primeiro e, pouco a pouco, em muitas nações da Europa, a nação, enquanto Estado, deixa de ser mítica e compulsivamente identificada com a pessoa do rei em Paris eliminado pela revolução, para se jungir às ideias de progresso e liberdade. Pensa-se que, um dia, as nações viverão em conjunto numa paz fraterna e universal, alheia às instituições e à tirania de outrora.

Como expressões do nacionalismo revolucionário parisiño, por todo o lado apregoados e por todo o lado (inclusivé em Portugal), mais tarde ou mais cedo adaptadas e mais ou menos influentes, descobrimos, segundo J. J. Chevalier, as festas nacionais, o hino nacional, a bandeira nacional, a educação nacional, o exército nacional, o proselitismo libertário.

Com efeito, ao estabelecer as festas nacionais, ou a festa nacional, a nação e o seu povo celebra-se a si mesmo, em vez de se festejar na pessoa do rei. Por sua vez, o hino nacional conta as virtudes e os feitos da Grei, em nação reunida, e já não as do imperante. Graças à língua nacional, própria do todo, abafados ficam outros linguajares para avultar o idioma da Grei e da liberdade, que em Portugal nunca teve senão formas de dizer e pronúncias diversas.

A educação, essa alicerça-a o ensino público proporcionado aos cidadãos, que na nossa terra remonta a Pombal, a qual inspira um *ethos* comum, fautor de racionalidade, de coesão nacional, de fé patriótica e finalmente de um pensamento e de uma vertebração social que não deriva do querer régio.

A nação armada, o exército nacional, resultado da conscrição em

massa, começa por ser em França protagonizada por soldados motivados — arautos da revolução e da liberdade — e acaba por ser a dos soldados que interpretam o querer do povo pelos políticos, seus representantes, anunciada.

Com a França da revolução, afirma-se o proselitismo como missão que ao povo da liberdade cabe de ajudar outros povos a rechaçar a opressão exercida pelo absolutismo do rei e dos senhores e, finalmente, de levar a boa nova a que aderem os seus irmãos, queiram eles ou não. E de tudo é expressão a bandeira.

Como consequência do implante e exportação destes conceitos e símbolos, a França primeiro e outros povos depois (inclusivé, o povo português), como anunciadores ou como vítimas, transitam de um nacionalismo ideológico para um nacionalismo conquistador que à nação líder assegura o primado em matéria de ideais, como ainda de interesses, por exemplo nos territórios que mantém ou chama à sua órbita de influência, cuja expressão, no tempo da Revolução, são as repúblicas irmãs e, noutros contextos, são os povos de uma mesma nação em espaços não contínuos repartidos.

Por geração e rejeição filhos da Revolução, e não só, tais nacionalismos revelam-se exclusivistas, intolerantes, ensimesmados, assinalam a reaparição do sagrado na política, engastam os mitos da nação, do indivíduo, da espécie, hão-de congregar-se com o socialismo ao defenderem o Estado-nação, organizador e promotor das forças produtivas nacionais, afirmam-se retrógrados, pois endeusam uma espécie de cidade-estado extensa, pagã e fechada em si. Ao originarem nações e patriotismos, os nacionalismos forjados pelo legado revolucionário, na sua versão agressiva, adubaram guerras sangrentas e confrontos ressurgentes, hoje de novo a cintilar, contrários ao universalismo cristão, ao respeito pela pessoa humana, aos anseios da paz no mundo e à comunhão cívica transfronteiriça de homens livres, senhores dos mesmos valores e interesses. Mas as pátrias, desgarradas ou em congregação, pedem o fortalecimento da identidade histórico-cultural das nações e uma política de participação das suas gentes na coisa pública, que sadiamente podem florescer à sombra das bandeiras, dos hinos, das festas nacionais. Ou seja, nelas viajam símbolos patrimoniais, e não chauvinistas, em que os povos se revêm, conforme legados pela Revolução francesa afeiçoados e pela história ulterior sujeitos a rigorosas filtragens².

² CHEVALIER, J. J., *«La naissance du nationalisme entre 1789 et 1848»*, Paris, 1956. Ver também RAMOS, Luís A. de Oliveira «A Revolução Francesa e os Nacionalismos», no «Jornal de Notícias» de 18/07/1989.

Quer dizer, a Revolução francesa se está presente em padrões do nosso tempo, perpassa nos modelos institucionais e nas ideias que servem de quadro às nações contemporâneas, elas próprias envolvidas num processo de consequências imprevisíveis, cuja senda urge analisar. Isto pelo que respeita a um presente vivido pelo povo português e directamente moldado pelos seus legados, presente que é bem diferente do mundo próprio dos súbditos de D. Maria I, nos fins do século XVIII. O que aconteceu então?

Como todos sabem, a Revolução, nos seus primórdios, foi acolhida com expectativa e esperança por diplomatas e governantes lusíadas, pois, julgava-se, de Paris podiam vir soluções capazes de tonificar a velha monarquia portuguesa.

A progressiva radicalização de acontecimentos e o claro cerceamento, quer das prerrogativas régias, quer dos privilégios da nobreza e do clero, tanto como o ascenso dos togados parisiños, provocou uma mudança em Lisboa. A breve trecho, tomam-se medidas para proteger o país da invasão dos ideais e dos modelos revolucionários. Nessa cruzada, distingue-se Pina Manique, através da Intendência Geral da Polícia, mas nela participam também as mesas censórias em matéria de livros, folhetos e leituras, a Inquisição na luta contra a maçonaria, coadjuvadas todas elas pelos pregadores no púlpito, por alguns bispos através de pastorais, por alguns intelectuais produtores de livros e traduções anti-revolucionárias, pelo grosso da aristocracia ciosa da sua condição e mentalidade, por altos burgueses habituados a operar à sombra da Coroa, enfim, pela massa do povo fiel ao trono e ao altar. Conhecem-se, decerto, excepções. Em especial, há uma *mediocracia* espalhada sobretudo pelas cidades litorâneas do Continente, activa em Coimbra e em Lisboa, atenta ao que se passa em França, por vezes marcada por funda simpatia em relação ao que aí acontece. Não faltam na colónia francesa de Portugal, noutras colónias estrangeiras e nos núcleos lusitanos mais avançados, quem aborreça o príncipe e a religião e prefira ou a monarquia constitucional, ou a república, ou, mais tarde, o império protagonizado por Bonaparte, soldado imperador, filho da mesma Revolução.

A esmagadora maioria do povo português, então como no curso das invasões francesas, mantém-se fiel à rainha, ao príncipe seu filho e à religião, ou seja à monarquia absoluta tradicional, posto que alguns pensem na sua evolução à luz do exemplo inglês ou do exemplo constitucional que Luís XVI admitirá.

Que isto se verificasse não admira, tal era o peso da cultura francesa veiculada através de livros, jornais, modas e obras de arte, tal era a influência de Versalhes na Corte Portuguesa.

A fidelidade à Coroa permanece entre os tradicionalistas, enquanto

a minoria pró-francesa anseia por novas ideias, novas modas e novos modelos, causando a irritação do Intendente da Polícia, Pina Manique.

Não só por dever do ofício, mas também por entranhada convicção, Manique espia a actividade dos estrangeiros que vêm a Portugal e dos franceses aqui residentes que olham com simpatia a Revolução, sem poupar à vigilância os refugiados gauleses. Simultaneamente, flagela a maçonaria e os jacobinos portugueses, vigia o comércio de livros proibidos, colabora com a Inquisição e dobra os responsáveis pela censura intelectual.

Relativamente a modas, o severo magistrado defende e preconiza a proibição de tudo o que seja «adoptar huma lembrança dos mesmos malvados», quais são os revolucionários de Paris.

Com ele está a população de Lisboa, sobretudo depois de se saber que para a França vai, ou, no Rossilhão actua, um corpo expedicionário português que, ao lado dos espanhóis, combate os franceses da Convenção.

De facto, os preparativos para a guerra e a sua marcha (1793-1795), estimularam a animadversão do povo contra os revolucionários de Paris e originaram as manifestações contra António Darbault, enviado diplomático da Convenção que a Lisboa veio tentar a neutralidade efectiva da Corte portuguesa.

Nesse contexto de hostilidade à França, o oficial de um navio francês, em reparação no Tejo, passeou-se em Lisboa com o cocar tricolor à vista. As autoridades convidaram-no a tirar esse símbolo da liberdade. Como ele reincidisse, temeu-se que o povo o atacasse. Para evitar tal situação, foram dadas ordens para apressar a reparação da nave a que pertencia³.

Ainda no tempo convencional e da guerra do Rossilhão, aí temos Pina Manique a denunciar a murmuração pública provocada por transgressão dos regulamentos do exército do Reino, em especial protagonizada pelo conde Assumar, um oficial que de futuro há-de revelar-se afrancesado, transgressão que, aos olhos das gentes, era um sinal da França revolucionária. Diz em Novembro de 1794, o Intendente:

«Há também huma murmuração geral em se estar tolerando a transgressão do regulamento da tropa nos cocares que uzão alguns regimentos do exercito deste Reino, de se lembrarem disto depois do anno de outenta e nove, de terem adoptado o cocar dos franceses, que pozerão em divisa da liberdade, ainda que de diferentes cores, mas tem a

³ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «*Intendência da Polícia*», livro V, fl. 48.

denominação de cocares. Há outra igual murmuração geral também nas guarniçoens das espadas, que o conde de Assumar mandou fundir para os officiaes do seo regimento, que dizem he sahir de huma barretina, e de hum cocar, a que chama o povo o barrete de liberdade, huma setta que vai passar huma cobra, que está enroscada, formando o povo contra o conde humas ideias negras, e taes, que vossa excelencia pode supor, ajuntando mais aos seos discursos o mesmo povo o novo uniforme, que adopta o conde de Assumar de mandar fazer as fardas do seo regimento á imitação do fardamento dos francezes actuaes, e isto he no modo com que são feitas as fardas, alterando o que manda o regulamento, e o padrão, que está nos armazens do exercito, por onde manda o regulamento sejam feitos os fardamentos dos diversos corpos militares, e estas novidades na prezente epoca são perigozas e dão lugar a discursos»⁴.

A posição de Manique é claramente exagerada, pois em França só os cocares brancos eram o símbolo da liberdade, mas ao nosso fito interessa, no essencial, assinalar a comunhão entre a política anti-francesa do Intendente e o povo de Lisboa, comunhão que, com o correr dos anos, tende a desvanecer-se, conforme noutra ocasião demonstramos.

Por outro lado, é justamente por causa da participação do exército português na guerra do Rossilhão, que o povo português começa a sentir, no seu viver, os efeitos nocivos da Revolução.

Agora não são apenas as novas dos jornais que causam horror entre os leitores tradicionalistas, ou admiração entre os mais avançados. Agora não se trata já de escutar, na orla marítima ou na raia, notícias da França em mutação trazidas por marinheiros ou viajantes. Agora, à lamúria dos sacerdotes emigrados e de um outro leigo, nobre ou burguês de passagem, junta-se, para muitos, a obrigação de participar nos contingentes que, por todo o lado, se organizam com destino à Espanha e cujo objectivo, começa a saber-se, é combater os ímpios francezes anti-monarquistas.

Uma fonte coeva anota, a partir de Braga, o que se sabe sobre a marcha da Revolução, o que consta dos periódicos estrangeiros, o que é veiculado a partir de Lisboa e dos centros em ligação com a França, o que dizem os emigrados e, finalmente, como se inicia a escolha de officiaes entre a nobreza, e de soldados entre as populações⁵.

⁴ A.N.T.T., «Int. da Pol.», liv. V, fl. 209-209 v.

⁵ PEIXOTO, Inacio José, «*Memórias de Braga*», (em publicação pela Universidade do Minho).

Escrevendo na década de noventa, o procurador geral da mitra, desembargador Inácio José Peixoto (1732-1808), conta nas suas *Memórias de Braga*:

No princípio do ano de 1792, «apareceo aqui hum frances chamado monsieur Pascal e sua mulher, insignes tocadores de arpa. Erão catholicos romanos e... fugião a perseguição de França. Já nas conversações se não fallava noutra cousa que nesta famosa Revolução. Mas os franceses parecia tinham afeição» adverte.

Logo depois acentua e explica a sua determinada reacção e perspectiva sobre a Revolução:

«Estes forão os primeiros testemunhos de vista que nos informarão e encherão de horror. A dita Revolução se opõe á religião, ao estado eclesiastico, á monarquia e á nobreza. É ela um aborto de filosofos materialistas»⁶.

Pelo fim do ano, a mesma fonte adverte que se iniciou na cidade o doloroso processo da conscrição de tropas destinadas ao corpo auxiliar, doloroso por se tratar de soldados que íam combater no exterior, estranho por se realizar à luz de regras antes desconhecidas no senhorio de Braga, cuja extinção ocorrera havia 2 anos, trágico por comportar penosas irregularidades. A notícia exarada diz assim.

«Dezembro

Principiarão a alistar-se soldados auxiliares na cidade de Braga, novidade que nella se não vio. Aqui assistem dous mestres de campo dos seus terços: Alvaro Barbosa Lopes de Barros e Manuel Alves de Magalhães e que extorsoens se não seguirao daqui!?»⁷

E se em Braga os povos sofreram extorsões, já na Madeira tem lugar sobressaltos por ocasião do recrutamento das tropas auxiliares, observa-se em diverso passo⁸.

No mês de Fevereiro seguinte, a actividade militar é febril do Norte a Sul do país. Envolve o exército e a marinha. De facto, apetrecham-se vasos de guerra, treinam-se marinheiros, melhoram-se os fortes costeiros, adestram-se recrutas, há movimento de tropas rumo a Lisboa.

⁶ PEIXOTO, ob. cit., fl. 52 v. pg. 58.

⁷ PEIXOTO, ob. cit., fl. 56 v.

⁸ PEIXOTO, ob. cit., fls. 56 v. e 81.

O príncipe regente visita os arsenais e o povo soube, com alegria, começa a usar farda militar. Entretanto, divulga-se a notícia de ofertas importantes de populações e grupos mercantis, aconselha-se a interrupção do comércio com a França e a circulação marítima em comboios mercantes.

De par, a carestia invade a nação. Conta Inácio Peixoto, na sua prosa desataviada:

«No mes de Fevereiro de 1793 se preparava a nossa marinha com actividade e por toda a parte se annunciava guerra. Movião-se para a beira mar as tropas. Em Oeiras se fes hum quartel general. De Caminha athe o cabo de S. Vicente se revesitavao os fortes... E já as recrutas se preparavão, os desertores se perdoarão: tudo em movimento. o principe foi athe Setubal ver os armamentos. Os algarvios se oferecerao a guardar as costas que viviao inquietas, mas não se fallavao então em rompimentos. Os negociantes de Lisboa faziao notaveis offerecimentos. O corpo de ourives offereceo as suas pratas. O principe agradecia mas não aceitava. Vestio farda militar e alegrou com isso o povo. Hum capitão de engenharia frances foi preso; desconfiou-se dele. Os artilheiros de Valença destacarão-para Lisboa em Março. Tambem os negociantes do Porto se offerecerão com suas fazendas e todos os do reino forão avisados não mandassem fazendas a França, nem sem comboio a outras partes. Aqui principiou a encarecer tudo»⁹.

Enquanto corriam os preparativos bélicos e aumentavam os preços, a incipiente opinião pública agita-se.

«Havia já porfias nos botequins sobre guerras, prohibiu-se nellas a lição de gazetas, mas isso não tapava a boca» às pessoas. Entre outras coisas, em Braga, como no Reino, contava-se o sucedido com o enviado da Convenção, recém chegado a Portugal, explicava-se a recusa por parte do Gabinete em reconhecer a sua condição de representante oficial da França republicana, pois só a realenga era aceite. Não se ignorava que, a caminho de Lisboa, esse filho de um burguês rico de Paris, fôra escoltado

⁹ PEIXOTO, ob. cit., fl. 69.

«para evitar ofensas do populacho que não [o] via bem. Contava-se ainda que um grupo de «maganoens» o visitara tratando-se entre si e ao enviado por «excelencias», em nome da igualdade¹⁰.

Pouco depois rompia a guerra no Atlântico: «já no mar pelejavao as nossas naos com as francesas, já se faziam tomadas e um capitão de artilharia morreu em combate posto que victorioso», registam as *Memórias de Braga*. Em contrapartida, na Corte, juntavam-se à guerra os menos corajosos. «Muitos derão baixa». «Em Setembro sahirão do porto de Lisboa as tropas auxiliares, mais de seis mil soldados», rumo à Catalunha. Do contingente faziam parte os artilheiros e outras formações regimentais do Norte, soldados e vários oficiais da nobreza de Braga. Uma escolta, acompanhava as naus, onde embarcou o corpo expedicionário.

Era «gente escolhida, de luzimento, com todo o trem e governo militar. O principe por tres vezes foi animar esta gente, premiou e esperançou premios... Ao partir não faltarão lagrimas nas familias»¹¹.

Antes mesmo de chegarem à Catalunha e de entrarem em combate, ocorreram naufrágios e doenças. No destino, espantou-os o «mao comportamento e hospedagem dos espanhois». Faltavam viveres e não era grande o empenho dos ditos espanhois na campanha, disse-se¹¹.

Os portugueses praticaram feitos notáveis, cujo eco atingiu Portugal e foi pelos sobreviventes transmitido aos vindouros. De imediato não se fizeram em Portugal preces públicas a favor do corpo expedicionário, nem tão pouco se «publicou... entre nós a guerra aos franceses»¹³, o que causou espanto nas províncias.

Por sua vez, as tropas desembarcadas na Catalunha, não levaram muito tempo a averiguar que entre os espanhois «havia partidos» pró e contra a guerra: uns combatiam com convicção, outros não, o que a prazo deu lugar ao desaire.

Em 1794, a «crueldade dos franceses, segundo o cronista bracarense, excedia todos os limites», conforme de seguida exemplifica, misturando histórias terríficas¹⁴.

Na capital do reino, «zelava-se das sociedades nos botequins e [dos] ajuntamentos na loja das gazetas em que se fallava livremente dos

¹⁰ PEIXOTO, ob. cit., fl. 69.

¹¹ PEIXOTO, ob. cit., fl. 69 v.

¹² PEIXOTO, ob. cit., fl. 69.

¹³ PEIXOTO, ob. cit., fl. 69 v.

¹⁴ PEIXOTO, ob. cit., fl. 82.

sucessos de França e o mais he que se aprovavão por alguns», diziam notícias transmitidas para a cidade primaz¹⁵.

Estranhas situações ocorreram durante a guerra. Alguns soldados nobres «vierão tomar quartéis de Inverno», retirando do Rossilhão. Segundo fonte coeva, «não se sabe que voltassem», razão por que foram «notados de covardes». Em contrapartida, outros «soldados escalavrados não se sabe que os premiassem...» Pior, alguns morreram deixando em triste situação viúvas e filhos. A rainha concedeu-lhes soldos enquanto vivos, mas duvidava-se que houvesse dinheiro para pagar os subsídios¹⁶.

Desde o princípio, temiam-se retaliações marítimas de vulto. «Os nossos navios pagavão já no mar os... auxílios contra a França». Portugal solveria da sua fazenda, no Atlântico, o favor prestado aos espanhóis. «Enquanto, o negocio trepidava e o Reino se comovia», as prisões acolhiam as primeiras «pessoas suspeitas de francesia». Por isso, cuidava-se também de melhorar o rol dos livros proibidos, já que através destes, era certo, «entrava grande mal no Reino», esclarece Inácio Peixoto¹⁷.

No outro extremo da Península, o estado de espírito dos aliados e hospedeiros do exército luso não dava garantias. Os «portugueses ... mais se temião dos hespanhois que dos franceses. Os nossos vizinhos «fugião a bom fugir e sempre levavão a pior. A Catalunha estava a pique de ser tomada. Toda a Biscaia foi cercada; o resto de Hespanha estava em convulsoens», ouvia-se.

As tropas portuguesas enfrentavam o inimigo e sofriam maus aliados, enquanto no território nacional, nas costas e no mar, o seu povo era vítima de ataques franceses. Por isso, reforçava-se a esquadra para defender a orla marítima dos «corsarios franceses» ... que nos tomavam quanto podiam»¹⁹.

Por meados do ano, acabava, sem glória, a guerra do Rossilhão. Como é sabido, os espanhóis, ajustaram pazes em Basileia sem a inclusão dos portugueses. As nossas tropas voltaram a expensas do Erário Régio. O príncipe premiou os soldados de volta. Braga teve o gosto de rever José Narciso de Magalhães com a «patente de general e foro de sua casa», que se revelara «um grande militar» e era benquisto na sua cidade natal²⁰.

¹⁵ PEIXOTO, ob. cit., fl. 81.

¹⁶ PEIXOTO, ob. cit., fl. 81.

¹⁷ PEIXOTO, ob. cit., fl. 81.

¹⁸ PEIXOTO, ob. cit., fl. 86.

¹⁹ PEIXOTO, ob. cit., fl. 82.

²⁰ PEIXOTO, ob. cit., fl. 97.

Más entre mortos e extraviados, segundo a voz pública registada por Peixoto, figuravam 4.000 portugueses, cifra com certeza exageradíssima.

«Foi infelicíssima para Portugal esta expedição», escreve ele à guiza de remate²¹.

Pagou-a e sofreu-a o povo português, (cujo Erário há-de entregar ainda a Napoleão uma forte soma quando dos ajustes da paz, fora o que foi gasto em peitas e acções diplomáticas).

Os gastos e os desgastes provocados pelas guerras da Revolução não ficaram por aqui. Por exemplo, a entrada da Holanda no sistema revolucionário trouxe ao comércio português perdas inimagináveis: O pior veio, talvez, depois.

Grave revelou-se uma rápida e muito violenta conscrição de tropas que teve lugar enquanto o custo de vida subia, agravado pelas condições internacionais²².

Temia-se nova conflagração. «Tudo eram já assomos de guerra». No Minho os corregedores de Barcelos, Viana, Guimarães e Braga reúnem-se «para conferirem sobre a subsistencia dos viveres para as tropas que se esperavão na cidade e provincia». Neste encontro, assentou-se na nomeação de três nobres ricos «para assistirem a guarda e repartição das muniçoens da tropa e boca»²³. O Minho, como outros pontos nevrálgicos, ía sofrer o aboletamento e a presença dos exércitos, em estado de alerta, mas desocupados e recrutados, desde 1796, à custa de violências.

O príncipe há-de lançar impostos especiais sobre os eclesiásticos e os donatários da Corôa e receberá a promessa de contributos especiais, que recusa, para forçar um empréstimo de dez milhões, em apólices²⁴.

São tempos em que se adensa o esforço para uma guerra que, felizmente, não há-de vir nesse século XVIII. «Em todas as provincias se preparão viveres», «forma-se o almirantado», surgem as leis reguladoras do corso²⁵. Por causa do arranjo das praças fortes, «os edificios proximos, com grave perda dos proprietarios, se arrazam». Foi o que, por exemplo, aconteceu em Valença do Minho²⁶.

A agitação envolve o país, imiscui-se na vida das pessoas e das instituições por causa das hipóteses de guerra. «Não há senão mossos fugitivos e pais presos. A lavoura sente. A bolça dos pais se vazia na dos

²¹ PEIXOTO, ob. cit., fl. 93.

²² PEIXOTO, ob. cit., fls. 97 e 99.

²³ PEIXOTO, ob. cit., fl. 97.

²⁴ PEIXOTO, ob. cit., fls. 97 e 98 v.

²⁵ PEIXOTO, ob. cit., fl. 98 v.

²⁶ PEIXOTO, ob. cit., fl. 98 v.

libertadores. As execuções para os arranjos são mais violentas. Destroe-se, embarga-se, arrasa-se a descrição dos executores. Vai o Reino cair no horror da guerra dentro, feita por nós mesmos», desabafa o Dr. Inácio Peixoto. No seu aviso, o povo português, roído pela carestia e vítima da exaustão do real erário, acredita na manutenção da paz, mostra-se animoso, fiel à Coroa, Mau grado a adversidade provocada pela exigência desmedida dos agentes reais, empenhados nos preparativos para uma guerra que tem a ver com a França, mas que pode chegar através da Espanha a «lealdade portuguesa, não estava corrompida pelo morbo gallico do filosofismo patriótico»²⁷, observa.

Bem pior era a situação dos exércitos que Braga teve de aboletar, conforme se previra. Regimentos de infantaria e cavalaria estabelecem-se na cidade. Assiste-se ao vai e vem dos generais comandantes e sofre-se a libertinagem dos militares, dá-se conta, à vista desarmada, da impreparação dos regimentos para a guerra. Por exemplo, a cavalaria estava, sem dúvida, mal equipada, o que demonstrava «o muito que se rouba ao Estado em tais regimentos», declara o procurador geral. Em tempo de carestia, o aquartelamento dos exércitos mais parecia um castigo real, originado por crime grave:

«Não estavam as casas das donzellas, das veuvas seguras, que não fossem buscadas para o boleto do soldado, ou multada em lhe pagar os 400 reis por dia, a 240, a 200, ao mesmo passo que se dizia era bastante e so merecido a 40 reis para agoa, sal, lenha e cama! Não so os pobres soldados, nos quais era sofrível, mas alguns officiaes querião aquartelamentos! Todas as casas que quizerão tomarão sem aluguer e expulsarão os antigos habitadores. Muitos destacavão. E foi tal a insolencia da magistratura, que por hum publico bando, fes a saber que o que se ausentase para sua aldeia seria reputado traidor. Tudo tremia. Mas na repartição dos boletos havia negociacoens! Teve soldados o arcebispo, o cabido, o clero, os religiosos, as veuvas, as donzellas; os magistrados que os lancavão não tiverão e toda a tropa auxiliar dos seus escrivaens. Houve queixas infinitas, o mal não sossegou de todo, posto que ao entrarem novos magistrados forao obrigados os soldados a tomarem seus quartéis, arranjo que custou infinito. A Camara era frouxa!

²⁷ PEIXOTO, ob. cit., fl. 98 v.

Os lavradores eram obrigados a trazer a sua custa os carros e palhas, que se compravam para a tropa, a cento e oitenta a arroba. Os capitães a recebem e o cavalo morria á fome, depois a vendião a particulares — a duzentos e oitenta a arroba. Hião assim o roubo ao rei, a violencia ao lavrador a que não pagavão o carreto, o monopólio de genero, que com este pretexto estava embargado por toda a parte, e a indolencia dos magistrados, que o vião e aprovavão. No mes de Julho ainda havia estes excessos e estava, para maior vexação dos povos, mais caro o milhão, sustento mais ordinario que o trigo. As recrutas novas e os aquartelamentos crescião sempre, e com isto as vexaçoes. Continuarão em Agosto. Em Setembro, o general Forbes veio a esta cidade fazer revista ás tropas: aquartelou-se a sua custa. O general da provincia, David Kalder, veio cumprimenta-lo, apozentou-se no mosteiro de Tibaens. O arcebispo cumprimentou e visitou a ambos. Continuava a carestia»²⁸.

Também Lisboa, em 1797, acolhera os regimentos auxiliares ingleses enviados pela côrte londrina, em cujas fileiras havia inúmeros fidalgos franceses emigrados²⁹.

A situação sofreu alterações ao sabor dos altos e baixos da política externa. Com o agravamento da situação, em 1799, o Conselho de Estado reunia-se a cada passo e o príncipe decidiu organizar, em Barcelos, uma concentração geral das tropas de Entre Douro e Minho, que ele próprio passaria em revista, deslocando-se expressamente a essa longínqua e para ele desconhecida província.

Para montar o evento, militares e ministros do judicial iniciaram vultuosos preparativos, juntando provisões, requisitando casas, fazendo, sem olhar a meios, exigências de toda a ordem, num tempo em que as condições climáticas e as guerras europeias tornavam difícil o viver dos povos, vítima de intensa penúria, agravada agora pela chamada dos homens e por outras extorsões dos magistrados. No Minho, da murmuração, do desalento e da fome resultou uma situação de pré-levantamento, enquanto em Lisboa os governantes estavam cada vez mais preocupados com o agravamento da situação internacional. Talvez por causa dela,

²⁸ PEIXOTO, ob. cit., fls. 103 e 103 v.

²⁹ PEIXOTO, ob. cit., fl. 105.

talvez para não agitar os povos fiéis, D. João desistiu da visita ao Minho, da inspecção geral das suas tropas em pé de guerra para responder a um eventual repto da França, no princípio do Verão de 1799³⁰.

Foi este, nos finais do século, um último sofrimento pedido ao povo português por causa das guerras da Revolução, Revolução não só responsável pelas dificuldades no comércio e na navegação marítima depois da quebra da paz, como pela intervenção no Rossilhão que obrigou ao recrutamento, à intervenção e à morte de muitos de seus filhos e ainda pelos dolorosos preparativos da guerra, que tanto pesaram no seu dia a dia, já agravado pela situação de carestia ligada aos maus anos agrícolas e às dificuldades de abastecimento emergentes das guerras europeias.

Os efeitos da Revolução aqui tratados não são de natureza ideológica, nem derivam da difusão de ideias parisiñas ou das perseguições resultantes, derivam, sim, de dificuldades, de penas e de obrigações no dia a dia sofridas pelos portugueses.

Todavia, a ideia de liberdade tem no século XVIII final os seus prosélitos e há-de triunfar no século XIX. A nação também assimilará instituições e símbolos da Revolução, a par dos efeitos benéficos uns, maléficis outros, do nacionalismo pela mesma Revolução despoletado.

³⁰ Arquivo do Mosteiro de Singeverga, *Dietario/Principiado no Triennio/dol M.R.mo Preg.^o G.^o. Jub.^o/ Fr. Manuel de Santa Rita Vasconcellos/por/ Fr. Francisco de S. Luiz/actual Secretario da Congregação/1798*, fls. 14-15 v.

